

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Atos de covardia e violência patrocinados por Pezão



Fotos: Renan Silva

A manifestação convocada pelo Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) e por sindicatos e associações de servidores, no dia 1º de fevereiro, em frente à Alerj, contra o pacote anticrise do governador Pezão, foi invadida por soldados do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Mais uma vez os atos de violência policial feriram manifestantes e se espalharam por ruas do Centro do Rio de Janeiro, obrigando comerciantes a fecharem lojas e interrompendo o trânsito de veículos. A confusão só terminou no fim da tarde.

O pacote de Pezão é mais uma tentativa do governo de jogar nos servidores e na população fluminense o ônus da atual decadência econômica do estado. Esta situação tem como causa as bilionárias isenções fiscais concedidas pelo governo estadual a grandes empresas privadas, além da já comprovada corrupção ocorrida durante a gestão do ex-governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), que se encontra preso no Complexo Penitenciário de Bangu. E mesmo com a atual crise o governo prevê uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 9,1 bilhões para este ano.



P2 (policial a paisano) chuta o rosto do rapaz caído no chão. Quando algumas pessoas tentam socorrer a vítima, ele saca a arma para atirar

Deflagrado processo eleitoral para eleição de delegados sindicais de base. PÁGINA 2

Confira a agenda sindical de fevereiro. PÁGINA 2

DOIS PONTOS

Sintufjr inicia processo eleitoral para delegados de base



Num momento de tantos ataques à classe trabalhadora, em particular aos servidores, é imprescindível organizar a luta em defesa de direitos e manter a mobilização. E uma das etapas fundamentais dessas ações, pelo movimento sindical, é a representação por local de trabalho. Por isso, o Sintufjr está deflagrando o processo de eleição para delegados sindicais de base.

Calendário

Esta semana a direção do

Sintufjr divulgará o edital referente à eleição no site da entidade (www.sintufjr.org.br), que também será publicado na edição do Jornal do Sintufjr. Já há datas definidas: a inscrição de titulares e suplentes começa no dia 13 de fevereiro e se encerra no dia 3 de março. A eleição ocorre entre 13 de março e 7 de abril.

Papel do delegado

Durante os dois anos de

mandato, o delegado sindical de base é o elo entre os trabalhadores no seu local de trabalho e a direção sindical. Para isso, ele tem autonomia para realizar reuniões e responsabilidade de encaminhar as demandas da categoria ao Sintufjr, bem como representá-la junto às chefias no seu setor de trabalho.

Cabe aos delegados e delegadas de base implementar as campanhas e as lutas definidas

pelos instâncias do Sindicato, assim como convocar os trabalhadores de sua unidade para atos, mobilizações, assembleias e outras atividades sindicais.

Por isso é importante que a categoria se mobilize nas suas unidades, se envolva neste processo e organize sua representação.

Serviço

Inscrição: 13/2 a 3/3

Eleição: 13/3 a 7/4

Agenda sindical de fevereiro

Dia 7 – Reunião do GT - Mulheres do Sintufjr, às 14h, no Espaço Cultural. Pauta: 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

Dia 14 – Debate sobre a reforma da Previdência, às 10h, no auditório do CT.

Dia 21 – Grito de Carnaval contra a reforma da Previdência. Concentração às 15h, nas escadarias do bloco L, no CCS.

Dia 24 – Bloco Carnavalesco Fora Temer! Concentração às 17h, na Cinelândia.

Torneio integrado de futebol

Foto: Renan Silva



LUCIANO Nascimento

A Coordenação de Esporte e Lazer realizou reunião no dia 1º de fevereiro, no campo da Prefeitura, com os jogadores de futebol do Sintufjr para definir o time que representará o Sin-

dicato no Torneio Integração de Futebol organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (Sintufejuj), no sábado, 4 de março.

O amistoso será realizado na sede campestre do Sintufejuj, no bairro Vila Ideal, em Juiz de Fora (MG). A participação foi expressiva na reunião convocada pelo Sintufjr para organizar o time, segundo o coordenador Luciano Nascimento. “Esperamos trazer um resultado positivo de lá”, disse ele, adiantando que o Sindicato também vai começar a organizar jogos amistosos para preparar o time para a Copa Fasubra, ainda sem previsão de data.

“Eu, Daniel Blake”

Fotos: Divulgação



O filme “Eu, Daniel Blake”, do diretor inglês Ken Loach, em cartaz nos cinemas da cidade, não pode deixar de ser visto. Vencedor da Palma de Ouro no festival de Cannes 2016, é uma denúncia

sobre o desmonte do sistema previdenciário do Reino Unido e um grito de alerta aos brasileiros sobre o seu futuro, caso seja aprovada a reforma da Previdência do governo golpista Temer.

Plantão jurídico do Sintufjr na UFRJ-Macaé

Mês de fevereiro: dia 17.

Mês de março: dia 16.

Horário: das 9h às 11h.

Local: Nupen. Mas atenção: fique atenta(o) à informação sobre a sala onde ocorrerá o atendimento.

Espaço para divulgação



A Coordenação de Comunicação Sindical informa aos sindicalizados que a partir de agora terão

garantido espaço para divulgação de seus eventos, projetos e/ou prestação de serviços na rádio on line do Sintufjr e também na seção de classificados do site da entidade.

Fale com um dos três coordenadores da pasta: Milton Madeira, Rafael Coletto ou Aluizio Nascimento, no Sindicato.

Show de Jadson Moura

Foto: Divulgação



No dia 12 de fevereiro, o técnico-administrativo, músico, cantor e compositor Jadson Moura estará mostrando inéditas do seu próximo CD no Clube dos Suboficiais e Sargentos do Exército, em evento que reunirá outros talentos do showbusiness, a partir das 13h. Endereço: Rua Henrique Dias, 95, Rocha. Entrada: R\$ 10,00. Mesa para quatro pessoas: R\$ 30,00.

Morre Salete Maccalóz

Foto: Divulgação



de nascimento e carioca por militância, a juíza, em toda a sua vida, brigou pelos pobres e oprimidos. Algumas de suas canetadas tiveram repercussão nacional, como as do reajuste de 147% para inativos e pensionistas do INSS, do fechamento da Usina Nuclear de Angra I e do pagamento da URP aos servidores públicos ainda no governo Collor de Mello.

A Faculdade Nacional de Direito está oficialmente de luto até o dia 6 de fevereiro. “Estamos de luto não em sinal de tristeza, mas de respeito e de reconhecimento à sua vida de luta pela justiça social, pelo Direito e pela liberdade. (A professora) Jamais se afastou de suas atividades acadêmicas, onde esteve até o último minuto; nem a doença isso conseguiu”, informa a nota da faculdade.

No dia 2 de fevereiro o movimento sindical e social perdeu uma aliada de peso com a morte da juíza e professora da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ Salete Maccalóz, aos 70 anos de idade, vítima de câncer. Ela foi uma mulher de luta e de resistência na magistratura federal e na academia.

Salete Maccalóz era desembargadora federal e professora de Direito do Trabalho. Gaúcha

Informe sobre a Amil

A direção sindical tem se reunido com os representantes do plano de saúde e, em março, provavelmente será aberto prazo para adesões.

TABELA SALARIAL

Reajuste e step são pagos a partir de janeiro

A segunda parcela do reajuste salarial conquistado no acordo de greve de 2015 já entrou em vigor: 5% mais 0,1% do step a partir do salário de janeiro. Todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação

das instituições federais de ensino superior (Ifes) (incluindo os aposentados e pensionistas) têm garantidos o recebimento dos novos valores.

Essa conquista, que está aquém do que a categoria faz

jus pelo trabalho que executa nas Ifes, foi fruto de muita luta empreendida pelas entidades sindicais de base (greves, manifestações, atos) e do empenho da Fasubra nas mesas de negociações.

Governo deve

Apesar de todos os esforços da Fasubra, o MEC continua enrolando para dar continuidade à negociação do acordo de greve de 2015. Vários itens ficaram sem respostas, dentre

os quais os relativos ao aprimoramento da carreira (PCCTAE). Portanto, a luta este ano vai ser pesada contra os golpistas em Brasília, pois não vamos abrir um milímetro sequer dos nossos direitos.

Confira como fica o seu salário

Cargos de Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005

Níveis	Classes de Capacitação	PISO	A				B				C				D				E				VB ATUAL	VB AGO/2016	VB JAN/2017				
			I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV							
Piso AI	P01	1																					1.197,67	1.263,54	1.326,72				
	P02	2	1																					1.243,18	1.311,56	1.378,46			
	P03	3	2	1																				1.290,42	1.361,40	1.432,22			
	P04	4	3	2	1																			1.339,46	1.413,13	1.488,08			
	P05	5	4	3	2																			1.390,35	1.466,83	1.546,11			
Piso BI	P06	6	5	4	3	1																		1.443,19	1.522,57	1.606,41			
	P07	7	6	5	4	2	1																	1.498,03	1.580,42	1.669,06			
	P08	8	7	6	5	3	2	1																1.554,95	1.640,48	1.734,15			
	P09	9	8	7	6	4	3	2	1															1.614,04	1.702,82	1.801,79			
	P10	10	9	8	7	5	4	3	2															1.675,38	1.767,53	1.872,06			
Piso CI	P11	11	10	9	8	6	5	4	3	1														1.739,04	1.834,69	1.945,07			
	P12	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1													1.805,12	1.904,41	2.020,92			
	P13	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1												1.873,72	1.976,78	2.099,74			
	P14	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1											1.944,92	2.051,90	2.181,63			
	P15	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2											2.018,83	2.129,87	2.266,71			
Piso DI	P16	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3											2.095,54	2.210,80	2.355,12			
	P17		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1										2.175,17	2.294,81	2.446,96			
	P18			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1									2.257,83	2.382,02	2.542,40			
	P19				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1								2.343,63	2.472,53	2.641,55			
	P20					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1							2.432,69	2.566,49	2.744,57			
Piso EI	P21					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2							2.525,13	2.664,02	2.851,61			
	P22						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3							2.621,08	2.765,25	2.962,82			
	P23							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4							2.720,68	2.870,33	3.078,37			
	P24								16	14	13	12	11	8	7	6	5							2.824,07	2.979,40	3.198,43			
	P25									15	14	13	12	9	8	7	6							2.931,38	3.092,62	3.323,17			
Piso EI	P26									16	15	14	13	10	9	8	7							3.042,78	3.210,14	3.452,77			
	P27										16	15	14	11	10	9	8							3.158,40	3.332,12	3.587,43			
	P28											16	15	12	11	10	9							3.278,42	3.458,74	3.727,34			
	P29												16	13	12	11	10							3.403,00	3.590,17	3.872,70			
	P30													14	13	12	11							3.532,31	3.726,60	4.023,74			
Piso EI	P31													15	14	13	12	1						3.666,54	3.868,21	4.180,66			
	P32														16	15	14	13	2	1				3.805,87	4.015,20	4.343,71			
	P33															16	15	14	3	2	1			3.950,49	4.167,78	4.513,12			
	P34																16	15	4	3	2	1		4.100,61	4.326,16	4.689,13			
	P35																	16	5	4	3	2		4.256,44	4.490,55	4.872,00			
Piso EI	P36																	6	5	4	3			4.418,18	4.661,19	5.062,01			
	P37																		7	6	5	4		4.586,07	4.838,32	5.259,43			
	P38																		8	7	6	5		4.760,34	5.022,17	5.464,55			
	P39																		9	8	7	6		4.941,24	5.213,02	5.677,66			
	P40																			10	9	8	7		5.129,00	5.411,11	5.899,09		
Piso EI	P41																			11	10	9	8		5.323,91	5.616,73	6.129,16		
	P42																				12	11	10	9		5.526,21	5.830,17	6.368,20	
	P43																				13	12	11	10		5.736,21	6.051,72	6.616,56	
	P44																					14	13	12	11		5.954,19	6.281,68	6.874,60
	P45																					15	14	13	12		6.180,44	6.520,38	7.142,71
Piso EI	P46																					16	15	14	13		6.415,30	6.768,16	7.421,28
	P47																						16	15	14		6.659,08	7.025,35	7.710,71
	P48																						16	15		6.912,13	7.292,31	8.011,42	
	P49																						16			7.174,79	7.569,42	8.323,87	

Descontos no contracheque

No fim de ano, muitos companheiros se surpreenderam com os descontos em seus contracheques. Mas não houve erros. Acompanhe a explicação:

Descontos cumulativos – Em dezembro, junto com o desconto da contribuição sindical sobre o salário mensal e sobre o 13º, foi efetuado o desconto de 1% para o Fundo de Greve.

E, em decorrência do aumento salarial de 5% em janeiro, o desconto foi maior na gratificação de qualificação, que é calculado sobre o salário bruto.

Histórico

O desconto de 1% na folha salarial de dezembro para o Fundo de Greve foi aprovado pela categoria na assembleia geral realizada no dia 25 de outubro. Quem participou do movimento ou se dedica à leitura do jornal mensal do Sintufrj e/ou consulta o site da entidade de classe está por dentro e não foi pego de surpresa.

O desconto sobre a gratificação de qualificação ocorre desde 2006, quando foi feito o enquadramento. É descontado para o Sintufrj 1% sobre o salário bruto (a qualificação está incluída nesse percentual). E com o acréscimo do reajuste salarial de 5% em janeiro, naturalmente o valor da contribuição sindical aumentou.

Comunidade defende a autonomia universitária

A diretoria do Sintufrj repudia a atitude polícialca do Ministério Público Federal e manifesta todo o seu apoio ao reitor Roberto Leher e à estudante Thais Zacharia.

Ministério Público Federal (MPF) quer amordaçar a UFRJ: o reitor da Roberto Leher é alvo de ação por parte MPF, que alega improbidade administrativa na realização de evento com caráter político-partidário.

“A UFRJ em defesa dos direitos sociais, políticos e conquistas democráticas” foi o tema do ato realizado no dia 6 de abril de 2016, no Largo de São Francisco, que teve ampla participação de trabalhadores e estudantes, pois o sentimento comum era de que a comunidade universitária não poderia permanecer em silêncio diante da afronta a princípios basilares do Estado Democrático de Direito.

Estudante na ação

Além de Leher, a presidente do Centro Acadêmico de Engenharia da UFRJ, Thais Rachel George Zacharia, também foi incluída na ação sob o argumento de que teria prometido certificado de atividade acadêmica complementar a quem participasse do ato.

Para o Ministério Público Federal, o reitor da UFRJ violou o princípio constitucional da neutralidade política e ideológica no uso do patrimônio público, além dos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade e também do princípio da finalidade pública.

A assessoria da imprensa da UFRJ informou que até a semana passada o reitor não havia sido notificado pelo MPF. Depois de citada, a UFRJ terá 15 dias para se defender. A defesa será feita pela Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Federal na UFRJ.

Nota oficial

Em nota, a Reitoria aponta que, durante o processo que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a UFRJ manifestou, em diversas ocasiões, extrema preocupação com o método levado a cabo pelo então ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, atualmente preso por corrupção comprovada, e pela forma como o processo estava sendo en-

caminhado pelos meios de comunicação, por meio de vazamentos de sigilo seletivos e pelo uso de procedimentos estranhos aos fundamentos do Estado Democrático objetivado pela Constituição.

“Longe de expressão partidária, a UFRJ se sente compelida, permanentemente, a defender os pilares do Estado Democrático e os direitos sociais que consubstanciam a democracia. E assim o fez por meio de seu órgão deliberativo máximo: o Conselho Universitário. Foi com esse objetivo, generoso com o país, que publicizou moções e realizou um ato afirmando o seu inarredável compromisso com a democracia”, diz a nota.

A Reitoria lembra que a Constituição assegura a livre manifestação e que a judicialização pretendida pela ação do procurador Fabio Aragão confunde, deliberadamente, defesa da democracia e o gozo da autonomia constitucional com ação partidária.

Posição da Fasubra

Para a Federação, a ação

mostra patrulhamento ideológico e autoritarismo. “A iniciativa do procurador é uma ameaça à comunidade universitária”, diz a nota, que também aponta que a ação mostra profunda afinidade com o governo de plantão, cerceando qualquer iniciativa que discorde do golpe.

“O procurador é o mesmo que determinou às unidades dos Colégio Pedro II, em Realengo e no Humaitá, a retirada de cartazes com os dizeres “Fora, Temer”, lembra a Fasubra, manifestando-se solidária com Roberto e Thais e afirmando que irá se somar à denúncia do uso repressor do aparelho do Estado.

Repúdio da Adufrj

“O ato intitulado “UFRJ em Defesa dos Direitos Sociais, Políticos e Democráticos” foi realizado em praça pública. A Adufrj considerou a atividade de fundamental importância e participou ativamente de sua organização. (...) Consideramos que a criminaliza-

ção da política é um perigo para o exercício da democracia e que é papel da universidade discutir o momento político do país, reunindo a comunidade universitária e os movimentos sociais”, pontua a nota da entidade representativa dos docentes.

Apoio do CPII

No dia 19 de janeiro, o Colégio Pedro II emitiu moção de solidariedade à comunidade universitária e ao reitor “pela permanente defesa da Democracia e do Estado de Direito”. O texto ressalta: “Dada a importância estratégica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em termos de desenvolvimento tecnológico, humano e social de nosso país, o Colégio Pedro II se posiciona contrário a qualquer tentativa de empanar sua autonomia acadêmica, assim como da criminalização de seu Reitor face a presumidas questões ideológicas”.

Instituições internacionais também manifestaram seu apoio à UFRJ.

Golpistas vêm com tudo contra a Previdência Social

A pauta prioritária do golpista Michel Temer este ano é a reforma da Previdência (PEC 287/2016) e a já anunciada reforma trabalhista, e o governo promete centrar fogo no desmonte da Previdência antes de fazer as mudanças trabalhistas. A reforma da Previdência está na Câmara dos Deputados e aguarda a criação de uma comissão especial para análise.

Além de piorar a situação dos trabalhadores da ativa e dos aposentados, esta reforma não se justifica do ponto de vista econômico. O governo diz o contrário, e ainda conta com o apoio da mídia para desinformar o povo. Para tornar palatável à população a mudança na Previdência, Temer está gastando milhões com campanhas publicitárias.

O ex-ministro da Previdência

nos governos Lula e Dilma, Carlos Gabas, afirma: “O que está em jogo é o modelo de Estado: se vai proteger as pessoas ou se vai proteger o capital”. E questiona a idade mínima: “Em várias regiões do país, a expectativa de vida é 64 anos. Como é que vai se aposentar aos 65 anos?”. Gabas considera que as mulheres e os trabalhadores rurais serão os mais atingidos entre os vários ataques que estão contidos na PEC 287.

Tramitação

Ainda no fim de 2016, a Câmara dos Deputados iniciou a tramitação da reforma da Previdência enviada pelo governo. A mudança, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC 287/16), do Executivo, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto à ad-

missibilidade por um placar de 31 a 20. Há indicativo de que a proposta deverá ser modificada na comissão especial ainda a ser criada.

Conteúdo

A proposta do governo prevê aposentadoria para trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público aos 65 anos, com 25 de contribuição. Mas a forma do cálculo do benefício inicial faz com que um trabalhador nestas condições receba apenas 76% da média do que contribuiu. Para ganhar o total da média, ele teria de trabalhar por 49 anos. A proposta também iguala as condições entre homens e mulheres e acaba com a aposentadoria especial de professores.

O teto do INSS, que hoje é de R\$ 5.531,31, seria o limite para a

contribuição de qualquer trabalhador. Na prática, os servidores públicos que entraram depois de 2013 já estão nesta regra e precisam contribuir para um fundo complementar caso queiram receber mais na aposentadoria. No entanto, contribuir por 49 anos não garantirá o recebimento do teto, porque será feita uma média das contribuições, e pouca gente contribui pelo teto durante toda a sua vida de trabalho. A regra em vigor hoje retira da média 20% dos menores salários.

A aposentadoria rural foi inserida na regra geral da proposta da reforma. Os agricultores vão contribuir de forma individual com uma alíquota sobre o limite mínimo da base de cálculo para o recebimento do benefício. Com a reforma, os trabalhadores ru-

O desmonte do estado de bem-estar social era o objetivo do golpe parlamentar que depôs a presidenta eleita com mais de 50 milhões de votos, com o apoio do Judiciário e da mídia

rais terão uma idade mínima de 56 anos para a aposentadoria, com 25 anos de contribuição. Na regra atual, o trabalhador rural pode contribuir, mas a aposentadoria é garantida para quem não contribuiu.